



CONTRASTES

Paula Renata Alves Abreu

Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista de Pós-Graduação em Direitos Humanos do Curso CEI/Faculdade CERS. Membro do Núcleo de Estudos em Processo Penal e Contemporaneidade (DGP/CNPq/UEMA).

Próximo do meio dia de uma sexta-feira quente, sentada em uma das cadeiras da pomposa sala do fórum, eu aguardava em silêncio o início da audiência. Observava tudo de maneira atenciosa e carregava comigo a estranha sensação de que algo naquela manhã me causaria um forte impacto. Não sabia ao certo, mas pressentia que alguma coisa me marcaria permanentemente.

Entre uma risada e outra, os sujeitos que comporiam aquele ato processual tomavam seus assentos na grande mesa. O juiz, o promotor de justiça e a advogada dativa, já em seus postos de costume, conversavam animados sobre as notícias de destaque do dia. Os planos para o final de semana que se aproximava também se tornaram pauta daquele breve prelúdio. Nesse momento, a porta principal se abriu e três pessoas adentraram no recinto. Presumi que fossem estudantes de Direito, pois logo se dirigiram ao escrivão para entregarem seus documentos de identificação. Fitei-os discretamente e percebi que possuíam um semblante jovem, alegre e descontraído. Eles se sentaram em outro conjunto de cadeiras um pouco distante de onde eu estava, de modo que pude, assim, permanecer analisando o comportamento e as ações de todos que ali se encontravam.

Passados alguns instantes, um homem, saído de uma porta situada ao fundo da sala, dirigiu-se ao juiz para avisá-lo de que o réu preso já havia chegado e estava aguardando na sala ao lado com os agentes penitenciários que o conduziam. Enquanto o assessor do magistrado fazia no corredor do fórum o pregão das testemunhas de defesa e de acusação, a advogada pediu licença para ir conversar à sós com seu assistido na sala reservada. O promotor, por sua vez, aproveitava aqueles breves minutos para folhear o processo e o juiz, detidamente, mexia em seu computador. Os três jovens estavam entretidos com os seus celulares.

O assessor, com a expressão aliviada e, no entanto, cansada, voltou quase ao mesmo tempo que a advogada para a sala principal. Ele disse que finalmente, naquela manhã, todas as

testemunhas estavam presentes. Pronto. A audiência poderia ser iniciada depois de um corriqueiro atraso.

O juiz pediu então para que trouxessem o réu. Após esse comando, voltei-me para o vidro lateral jateado e vi os pés caminantes – calçados numa simples sandália branca do sistema penitenciário local – do acusado. O homem de estatura mediana chegou à sala de audiências um pouco acuado e com desconfiança. Ouso dizer que o sentimento que nele afluía é o de que estava sendo levado para um calvário para ser apedrejado. Cabisbaixo e algemado, vestia um envelhecido uniforme laranja. Constatei que se tratava de um jovem que não tinha mais do que 20 anos. Nas costas de sua camiseta a palavra “interno” e um longo número de identificação do sistema prisional estavam estampados. Seus braços continham algumas tatuagens não terminadas, cujos significados eu não fui capaz de decifrar com precisão.

Os dois agentes que o escoltavam, fortemente armados, colocaram-no para se sentar ao lado de sua defensora. As mãos algemadas foram postas à frente. As testemunhas também estavam pondo-se nos lugares que lhes eram destinados na ocasião. Depois que todos estavam posicionados, o juiz começou a narrar a denúncia que o Ministério Público outrora imputou ao réu. Tratava-se de um roubo qualificado. O jovem acusado permanecia ouvindo tudo de cabeça baixa e com o olhar vacilante. O magistrado explicou aos presentes a sequência de atos que se dariam ali e pediu que as testemunhas que não seriam ouvidas imediatamente aguardassem na sala ao lado o momento de prestarem seu depoimento.

Nesse instante, olhando fixamente para o réu, percebi que ele estava tremendo um pouco. Fiquei intrigada com aquilo e me questionei se ele estava nervoso. Minha intuição me dizia que não era esse propriamente o motivo. Entretanto, não demorou muito para que eu percebesse que, na verdade, era o gélido ar-condicionado, com as pás bem direcionadas, que o deixou assim. Ora, todos os presentes naquela sala estavam com roupas adequadas para suportar o frio. Mangas compridas, ternos e casacos. Apenas ele não. Sua fina camiseta não o aquecia. A bermuda que trajava não o protegia em praticamente nada. Aliás, o tipo de tecido usado era conhecido como malha fria e era apropriado para ambientes muito quentes, como os presídios. Nem mesmo com as mãos poderia esquentar-se, pois elas se encontravam atadas por algemas. Enquanto a primeira testemunha falava, comecei a ficar extremamente angustiada com a situação. O acusado ainda tremelicava sutilmente sem parar. Ninguém percebeu o novo padecimento ao qual ele estava sendo submetido.

Quando já não mais aguentava ver tal cena e me levantava para comunicar ao assessor do juiz, este, felizmente, constatou o problema e pegou o controle do ar-condicionado para elevar a temperatura e direcionar as pás para cima. Fiquei muito aliviada. Em sequência, a audiência transcorreu normalmente com a oitiva de todas as testemunhas arroladas pelas partes.

Após quase uma hora de depoimento testemunhal com perguntas de ambos os lados, eis que chegara o momento ápice da audiência: o interrogatório do réu. Aquele jovem rapaz que permaneceu silente durante o ato processual inteiro agora ganharia uma voz e um rosto perante todos. Sua identidade seria reconstruída pelo mesmo Estado que a esbulhou quando foi posto no cárcere e recebeu um número, um pavilhão e uma cela. Visivelmente desconfiado com a situação e decerto sentindo-se um elemento estranho àquele conjunto, ao réu foi explicado que poderia gozar do direito constitucional ao silêncio sem que isso implicasse prejuízo algum para sua defesa. Novamente, este jovem ouviu cabisbaixo as palavras que lhe eram endereçadas e seu olhar continuava perdido. Ele não esboçou reação alguma. Tudo parecia em vão.

Sendo o interrogatório constituído de duas partes, o acusado primeiro deve ser questionado sobre fatos pessoais. Seguindo tal mandamento legal, o juiz perguntou-lhe o nome completo e o endereço de residência. Ele balbuciou algumas palavras que não puderam ser ouvidas bem. O juiz então pediu que levantasse a cabeça e se aproximasse do microfone para que a imagem e o áudio ficassem registrados em mídia digital com clareza. O denunciado obedeceu a ordem do magistrado e levantou um pouco a cabeça chegando mais perto do microfone posicionado à sua frente. Não era ainda o suficiente, mas o assessor que comandava a gravação disse que adaptaria o ângulo da câmera, dando um jeito na ocorrência.

O juiz seguiu perguntando sobre o nome de seus genitores e mais algumas informações adicionais relevantes. A última pergunta, porém, parece ter sido de forte impacto ao réu, pois o fez levantar a cabeça por completo durante alguns segundos para encarar a todos. O magistrado interrogou-lhe sobre o seu grau de escolaridade e onde havia estudado. Com o semblante sofrido e triste, ele primeiro se voltou para olhar aqueles três jovens estudantes que lá estavam, mirando-os rapidamente um por um. Todos aparentavam ter a mesma idade do réu. Com certeza, aqueles garotos bem vestidos, com celulares caros nos bolsos e chaves de seus carros na cintura pertenciam à mesma geração daquele pobre rapaz que lá estava sendo processado. Todavia, suas vidas tomaram rumos diametralmente opostos.

Rapidamente o jovem réu encolheu-se de novo e com a expressão de dor e vergonha, tão somente balançou a cabeça em sinal negativo para o juiz. O magistrado logo entendeu o que

tal gesto denotava. Ele era analfabeto. Apenas sabia assinar o nome. Não posso definir com precisão o que se passou na mente das outras pessoas presentes, mas na minha, veio a ideia de que a desigualdade e a corrupção estão matando aos poucos nossa indolente sociedade. O contraste de vidas e de oportunidades gritava bem alto e doeu no mais profundo interior de meu ser, deixando-me com um nó na garganta. Confesso que perdi o fôlego e o ânimo no restante do dia. Fiquei comovida de ver uma pessoa de pouca idade cerceada dos direitos que considero mais basilares: vida, liberdade e educação.

Todos na sala chocaram-se com a declaração do rapaz. Olhares desesperançados foram fartamente trocados. A advogada dativa, numa tentativa de consolo, pondo a mão no ombro de seu assistido, falou-lhe algo no ouvido e pediu para providenciarem um copo d'água para ele. O réu olhava agora fixamente para o chão e ficou patente o seu desconforto por não se assemelhar aos demais. Como a disparidade social entre os homens fere a alma.

Eu sempre me entristecia passando diante dos suntuosos fóruns de justiça, local do derramamento das mazelas humanas, ao perceber que aquela estrutura não era igual às ofertadas nas escolas públicas brasileiras. Nessa altura eu já me questionava também sobre tal condição importante do réu ter sido apurada apenas em fase de audiência. A negligência era enorme. O atual modelo punitivo estava em franca decadência. Constata-se que para prisão e processamento o Estado foi eficiente, mas para conceder educação básica, não. O denunciado era, pois, um invisível. Os fatos que acabara de presenciar me confirmavam todas essas premissas. Entretanto, o juiz, por amor ao ofício que lhe incumbia, já recuperado do golpe que sofrera também, deu prosseguimento ao interrogatório do réu, inquirindo-lhe sobre a imputação penal feita pelo Ministério Público.

Em um clima bastante pesaroso em virtude dos acontecimentos, a audiência foi chegando ao seu término após quase duas horas. O magistrado concedeu às partes prazo sucessivo para a apresentação de suas razões finais escritas. O juiz explicou que somente após tal ato, o processo estaria concluso para sentença. Contudo, em um gesto rompante, quando já estava se levantando da cadeira, o réu proferiu as seguintes palavras: “Doutor, eu ‘num’ tenho mais o que perder. Minha vida já tá destruída mesmo. Eu ‘num’ tenho mais jeito não (sic)”.

A sala foi de novo invadida por um silêncio eloquente e sentimos o golpe que nos era dado. Todos nós ficamos mais uma vez mudos diante de tantas agruras e de tantos contrastes. De fato, nada que lhe disséssemos acalentaria o seu coração. Como explicar-lhe as crueldades do próprio ser humano para com o seu semelhante? Como justificar que a ganância e o egoísmo

| Revista Transgressões: ciências criminais em debate, v. 8, n. 2, dezembro de 2020

dos homens têm prejudicado milhares? Como explicar o porquê de alguns terem acesso a certos bens da vida e outros viverem jogados à própria sorte? Nem mesmo os mais doutos encontrariam palavras que bastassem àquele sofrimento. A lição de Direito do dia nos foi dada não pelos juristas e entendedores das leis, mas sim por aquele que sentia os efeitos reais e degradantes do sistema de justiça criminal vigente.

Depois disso, ele foi conduzido para o elevador de transporte exclusivo de presos. Enquanto nós regressaríamos para o seio acolhedor de nossas famílias e para nossos confortáveis lares, o infeliz réu voltaria imediatamente ao cárcere, um lugar de dor, de solidão e de desassossego.

Com o pensamento longe, segui andando pelo estacionamento do fórum. Ainda estava anestesiada com os fatídicos acontecimentos de minutos atrás. Por alguns instantes fiquei perdida em razão das borbulhantes inquietações que vinham à minha mente. Quando encontrei o carro, abri a porta e voltei dirigindo bem devagar para casa recordando-me das sábias palavras de Francesco Carnelutti, notável jurista italiano do século passado, de que os mais pobres dentre todos os pobres eram, de fato, os encarcerados. A eles restavam tão somente a consternação e o esquecimento diários.